

Capítulo geral de San Millán de La Cogolla, 1908

Angel Martinez Cuesta

Ponência pronunciada o 19 de julho de 2008 em San Millán de La Cogolla (La Rioja)

Introdução

Estas veneráveis pedras tem contemplado muitos acontecimentos. Receberam a visita de reis, de príncipes e de grandes eclesiásticos. Nos seus claustros trabalharam artistas da pedra, da pena e da pintura, e suas paredes guardaram os cantos, os trabalhos, as ilusões e a vida toda de milhares de monges e freis ao longo dos séculos. Dele tem saído alguns bispos e centenas de freis que levaram o evangelho por várias nações do mundo, desde China e Filipinas aos Estados Unidos, Panamá, Venezuela, Trinidad, Brasil e Peru, e também pelas várias regiões da nossa Espanha. Estão feitas, acostumadas, a toda classe de celebrações tanto de caráter civil como religioso. Nestes últimos lustros tem aberto suas portas, de par em par, à eruditos, estudiosos, amantes da arte e da Língua, a quantos procuram os encantos da paz conventual e também a simples curiosos e turistas aprimorados.

Hoje nos acolhem para celebrar um acontecimento que é possível, alguns julguem como menor. É possível que pensem que uma reunião de 21 freis que a princípios do século XX, num mês de julho como este, se encontraram, manhã e tarde, durante 11 dias na sua sacristia para discutir questões e projetos que afetavam a uns 350 freis, no tinha força suficiente como para ficar gravada com caracteres especiais nos livros de História.

Mas não era esta a opinião de seus protagonistas, que em nenhum momento duvidaram da importância da sua assembléia. Essa consciência aparece já com claridade no cuidado que se pôs na sua preparação e nas obras de reparação e embelezamento que se fizeram antes da assembléia e das que já nos falou o Pe. José Manuel Bengoa. Além lhes levou a criar uma comissão precapitular que fizesse um elenco das questões mais importantes e estudará a metodologia que deveria marcar seus trabalhos assim como a insistir em que o presidisse o Nuncio de Sua Santidade em Madri. Na breve palavra de saudação o Comissário Apostólico falou da “excepcional importância e transcendência do ato que ia se celebrar”¹. O cronista oficial do capítulo fala de “data importantíssima” e “acontecimento de grandíssima importância para nossa congregação”, e fala uma e outra vez palavras como “excepcional”, “capital” e “transcendental”². Os capitulares não querem que sua memória caia no esquecimento e antes de findar a assembléia aprovam, por unanimidade a redação duma memória que recolha todos os detalhes da celebração e

¹ *Actas de los capítulos generales 1 (1908-56) 16: AGOAR, libros ms.*

² Pedro CORRO, *El capítulo general de los padres Agustinos Recoletos celebrado en julio de 1908*, Madrid 1908, 92 pp. 28, 33, 34, 55.

os transmita à autoridade³. O Pe. Corro, filho do vale e primeiro aluno da preceptoria⁴ do convento, ficou encarregado de fazê-la. Ao mesmo tempo ordenam que sua lembrança fique marcada numa inscrição latina em mármore, que ainda hoje pode se contemplar na sacristia⁵. Foi feito por um latinista catalã, amigo do Pe. Enrique Perez, o escolapio Tomas Viñas Sala.

Também a posteridade tem reconhecido sua relevância. No seu primeiro cinquentenário, o prior geral, Pe. Eugenio Ayape escreveu que tinha «locum præcelsum in moderna evolutione nostri Instituti» e mandou que se reeditassem suas determinações e se lesem em todas as comunidades⁶. Nossa reunião aqui é outra mostra do interesse que ainda tem.

O Pe. José Manuel Bengoa tem insistido no interesse que teve no povo e das marcas materiais que deixou no convento. Eu tenho que desenvolver sua incidência na vida posterior da Ordem.

Estado da ordem nas vésperas do capítulo

O capítulo de San Millán é como uma dobradiça, que, como todas, têm duas peças e um eixo comum. Uma das peças é fixa e está firmemente ancorada na tradição; a outra é móvel, com a vista lançada para o futuro, enquanto que seu eixo seria a vontade dos capitulares, que fez girar harmonicamente ao conjunto. É como um alto no caminho que, depois dos lustros de caminhada dificultosa, de trasbordante atividade, mas sem um norte bem definido, se concede a ordem de olhar e programar melhor o futuro. É um primeiro intento sério de dar estabilidade e ordem ao já feito e de aprovar juridicamente o sistema de vida que ia surgindo, organizando-o num lugar legal, administrativo e carismático normal. É como um arco biforme. Por um lado deu entrada à força do passado, e alimentado com ela, saiu pela outra ao encontro do futuro.

³ «*Oitavo*: Ultimamente, para lembrança perpetua dum acontecimento tão importante, escrever e imprimir uma *Relação* do presente capítulo juntamente com os sermões nele pregados». Fruto desta resolução foi o já mencionado livreto de Pedro Corro, nele, contudo, não se publicou nenhum dos sermões predicados durante o capítulo. Os principais foram pregados pelos padres Martín González, Pedro Corro, Gregorio Segura e Francisco Sádaba: *Ibid.* 64-76.

⁴ As preceitorias, muito comuns então na geografia espanhola, eram uma espécie de escolas de latim, onde faziam os primeiros estudos os aspirantes à vida religiosa e sacerdotal.

⁵ «*Quinto*: Assim mesmo que em memória do glorioso acontecimento que estamos para terminar se coloque nesta sacristia do colégio de San Millán designada para aula do capítulo uma lápida comemorativa do fato». O texto da inscrição pode ler se em CORRO, *El capítulo...*, 61, e José Javier LIZARRAGA, *El padre Enrique Pérez, último vicario y primer general de la orden de agustinos recoletos*, Roma 1989, 89-90.

⁶ Eugenio AYAPE, Circular a la orden con motivo del quincuagésimo aniversario del capítulo de San Millán, Roma, 30 de junio 1958: *Acta Ordinis* 5 (1958-59) 16.

O passado tinha sido traumático. A hostilidade do governo tinha despojado à Ordem, no ano 1835, de todos seus conventos e de todos seus bens e, o que é pior, tinham sido expulsos deles seus freis, era proibido para eles viver juntos, vestir seu hábito, viver suas regras... À Ordem tinha sido despojada da liberdade de reger seus destinos, de celebrar seus capítulos e de escolher seus superiores. Só foi respeitada uma pequena parte dela, o convento de Monteagudo, que tinha como tarefa a provisão de missionários à colônia espanhola das Filipinas. Graças a esse interessado apoio político, a província conseguiu subsistir e depois, ao longo do século, conseguiu desenvolver-se com relativa liberdade. Contando sempre com a tolerância e ainda benevolência do governo, abriu outras duas casas na Espanha: a de Marcilla em 1865 e esta de San Millán em 1878, que naquele tempo se encontrava abandonado e em perigo de cair vítima das batidas do tempo e da avareza sem escrúpulo de algum aventureiro.

Mas a finais do século outra tempestade política, o levantamento independentista das Filipinas, atacou as bases da província. Em poucas semanas, uns trinta dos mais de trezentos freis que lá trabalhavam morreram assassinados pelos insurrectos, outros 91 foram presos e os outros tiveram que deixar rapidamente suas paróquias e procurar refúgio nos dois conventos de Manila, ou regressar à Espanha a través dos portos de Macau, Hong Kong ou Singapura. Os duzentos religiosos jovens, entre noviços e professores, que se preparavam para trabalhar nas Filipinas perderam totalmente o horizonte que até então tinha dirigido suas vidas e os meios de subsistir. Os 36 noviços tiveram que voltar as suas casas e a mesma sorte teve a centena de crianças que enchiam o recentemente aberto colégio de São José, neste mesmo mosteiro. Os professores de votos solenes foram destinados à Colômbia; e os de votos simples foram recolhidos neste convento de San Millán, e os outros dois conventos, Marcilla e Monteagudo, foram para os refugiados das Filipinas.

De repente a província encontrou-se numa situação desesperadora, com vários centos de religiosos desocupados, sem campo de trabalho e com poucos recursos para atender as suas necessidades. Era, pois, urgente procurar uma saída, custasse o que custar. E essa foi a primeira preocupação dos superiores e dos particulares mais animosos. Aos dez dias da entrada dos norte-americanos em Manila, 13 de agosto de 1898, um primeiro grupo de sete religiosos, às ordens do Pe. Patrício Adell, transpassava o Oceano Pacífico rumo à América do Sul, com a esperança de encontrar lá acolhida e trabalho. O 11 de novembro, depois duma trabalhosa viagem de quatro meses por Hong Kong, Tóquio, Honolulu e São Francisco na Califórnia, pisavam nas terras de Panamá. Tinham saído de Manila à ventura, sem instruções fixas, sem saber que encontrariam em Panamá e, é possível, até sem intenção de ficar nela. Chegavam como náufragos salvos na força das ondas, Mas não eram uns náufragos quaisquer: eram náufragos com forças, conscientes de que Deus não abandona aos seus fieis, de que o mundo não findava nas Filipinas e de que seus serviços sacerdotais poderiam ser úteis em outros lugares.

Suas esperanças se cumpriram. A Providência os acompanhou ao longo do caminho, e em todo lugar encontraram portas abertas. Em Panamá se abriram totalmente. O bispo lhes ofereceu um território de missões, o Darién. Era uma região

marginal e malsã, mas Adell não estava para eleger, e lá enviou a alguns deles. Mas Panamá era pouco para ele. A Província precisava um campo maior e horizontes mais amplos. Em Manila falaram-lhe que tal vez pudesse encontrá-los na Venezuela e para lá se embarcou o dia 30 de novembro na companhia do Pe. Fermín Catalan. Sete dias mais tarde chegavam os dois a La Guairá, o porto de Caracas. Ao final de 1899 entre Panamá e Venezuela Adell já tinha encontrado trabalho para mais de vinte religiosos. Pouco mais tarde, o 19 de fevereiro de 1899, desembarcava no porto brasileiro de Santos o Pe. Mariano Bernad a frente de outro grupo de treze voluntários. Estes foram os primeiros, os que abriram os caminhos. Muito cedo surgiram imitadores que seguiram seus passos.

A atividade destes pioneiros foi extraordinária, a pesar das urgências do momento, dos prejuízos de que eram vítimas, da falta de meios, da hostilidade do governo da Venezuela, onde, embora em queda, ainda continuava a tradição antireligiosa das últimas décadas, dos conflitos e guerras contínuas que mantinham aos religiosos na interinidade e dificultavam uma programação em médio prazo. Tampouco facilitou os planos a distância e desconexão entre os superiores, a atitude instável de alguns bispos, influenciados por um clero que ia entre o apreço pela ajuda que lhes davam os recém chegados e o receio ante o favor que encontravam no povo.

Para se mexer com facilidade teriam precisado de muita e exata informação, planos bem feitos e recursos materiais suficientes. Por desgraça, a informação foi sempre pouca. Adell e seus companheiros procuraram outros países movidos pelos simples comentários dos superiores de Madri e Roma, que nas suas cartas a Manila falavam da falta de padres nas igrejas americanas e as possibilidades que nelas encontrariam os recoletos. Depois a informação melhorou, porque os missionários, e de um modo especial seus superiores, Adell desde a Venezuela e Bernad desde Brasil, se mantiveram em contato permanente com Madri, Manila e Roma. Mas o caráter nervoso, impressionável e excessivamente entusiasta do primeiro e da contra informação que chegava de religiosos descontentes ou desiludidos tiraram credibilidade aos seus informes e muitas vezes puseram aos superiores ante verdadeiros dilemas. Por outra parte, qualquer contato com o provincial de Manila exigia muitos meses. O comissário apostólico de Madri, além de mal gastar o tempo em detalhes mínimos, impróprios de seu cargo atuava por conta própria e, ao parecer, nunca se entendeu com o vigário provincial, Juan Gómez Cruz, que era quem tinha a jurisdição imediata sobre os religiosos da Espanha e manejava os recursos da província. Este por sua parte, nunca se excedeu em generosidade. Além, os superiores estavam demasiadamente sós. O comissário apostólico não tinha nem conselheiros com quem partilharem suas preocupações, ter uma idéia mais certa da situação e tomar as medidas mais apropriadas. Só em outubro de 1901, com a promoção à comissaria geral apostólica do Pe. Mariano Bernad, esta começou a organizar-se e atuar com um planejamento claro.

A pesar destas deficiências, os recoletos filipinos se assentaram com relativa rapidez na Venezuela e Brasil. Também no Panamá ingressaram bem, mas a insalubridade do Istmo, que em poucos meses levou a vida de vários missionários, e

o conseguinte retraimento dos religiosos que moravam na Espanha, diminuiu grandemente o número e a força das suas fundações. Em Trinidad tropeçaram com a oposição dos dominicos, aos que a Congregação de Propaganda Fide tinha encomendada a ilha, mas ao final também nela conseguiram estabelecer algumas casas, que eram estratégicas por ser então Trinidad o porto e o mercado da Guayana venezuelana. Outros dois religiosos se instalaram em Tumaco sob o Pe. Ezequiel Moreno, onde puseram as bases da futura prefeitura apostólica de Tumaco (1927). Os meados de 1902 estes primeiros das Filipinas em América, era um corpo de 69 freis: 36 em Brasil, 25 na Venezuela, 4 no Panamá, 2 em Trinidad e outros dois em Tumaco⁷.

Simultaneamente, outros religiosos esforçavam-se por implantar a ordem na Espanha. Em 1898 a ordem só tinha na península quatro casas: o palácio em Madri da Rua Fortuny, nº5, que era a sede do vigário provincial de São Nicolau na Espanha, e, ao mesmo tempo, era a residência do comissário apostólico, e os colégios de Monteagudo, Marcilla e San Millán. A volta em massa dos religiosos filipinos obrigou a procurar rapidamente novas casas em que pudessem alojar-se e encontrar trabalho. A primeira fundação foi em Granada em fevereiro de 1899, graças ao apoio do conde de Antillón, amigo pessoal do Pe. Íñigo Narro, comissário apostólico da congregação. As monjas agostinianas recoletas fizeram mais fácil as fundações de Motril em maio desse mesmo ano, e de Lucena, quatro anos depois. Estas três casas na Andaluzia, serão a base da futura província de Santo Tomé. Em dezembro de 1899 os recoletos fundaram em Puente la Reina e em 1902 em Sos del Rey Católico, chamados pelo bispo de Jaca, que era então um agostiniano calçado.

Em 1905 o Pe. Minguella, bispo de Sigüenza, ofereceu uma casa na capital da sua diocese. Em 1907 a província de São Nicolau adquiriu o antigo convento franciscano de Berlanga de Duero (Soria), e no ano seguinte, depois de alguns problemas, conseguia se estabelecer em Zaragoza. Com esta fundação findava esta primeira etapa de expansão, marcada pela procura ansiosa dum espaço vital. Em nove anos tinham sido abertas na Espanha nove casas, das que uma, Falces, se abandonou antes de fazer os três anos. Também a fundação de Sigüenza foi breve, já que só foi por seis anos.

Estas fundações são sinais de vitalidade, porque na Espanha corriam ventos anticlericais e no parlamento cresciam as vozes contra a aparição de casas religiosas.

⁷ Sobre estes acontecimentos podem verse meus artigos: «Los agustinos recoletos en América»: *Recollectio* 18 (1995) 43-84; «La Iglesia y la revolución filipina de 1898»: *Ibid* 21-22 (1898-99) 19-83; «Los agustinos recoletos en Panamá. Un siglo al servicio de la Iglesia y de la sociedad, 1898-1998»: *Ibid* 23-24 (2000-01) 83-163, e «De Filipinas a América del Sur. I. Viajes, andanzas y fundaciones del padre Patricio Adell por Panamá, Venezuela y Trinidad»: *Ibid* 25-26 (2002-03) 359-634 y 27-28 (2004-05) 591-696; «Los agustinos recoletos en Venezuela»: *Pensamiento agustiniano* 14 (Caracas 1999) 151-202. También: José Luis SÁENZ, «Comienzo de la actividad misionera de la provincia de San Nicolás de Tolentino en Panamá, Venezuela y Brasil»: *BPSN* 83 (1993) 169-95, 84 (1994) 29-104; e E. DURÁN Y DURÁN, «Perspectiva histórica de la provincia de San José: Venezuela y Perú»: *Recollectio* 16 (1993) 447-90.

Ao final de junho aconteceram violentos brotes anticlericais em cidades como Sevilla, Zaragoza, Valencia e Barcelona, que findaram com numerosas mortes. Dias depois Canalejas, o 5 de julho de 1899, apadrinhava a Campanha com seu famoso discurso dos cinco “ismos”: reacionarismo, clericalismo, militarismo, regionalismo e capitalismo. E nos anos seguintes aumentaram as declarações anticlericais como as que seguiram a estréia do drama *Electra* de Galdós o 30 de janeiro de 1901, e se multiplicaram os projetos legais para por freio ao crescimento das comunidades religiosas e diminuir seu peso na sociedade. Em 1900 as Cortes discutiam animadamente sobre as ordens religiosas, às que se queria sujeitar à lei comum, submetendo-as “à inspeção, vigilância e obediência dos bispos diocesanos, no que se refere ao serviço espiritual e canônico, e às autoridades civis nas suas relações com o estado e existência jurídica”. A abertura de uma nova casa, “ainda quando seja das congregações autorizadas” pedia o consentimento do bispo diocesano e a autorização por real ordem do governo (base 21). Acusava-se às ordens de monopolizar o ensino e de concorrência desleal na indústria⁸.

Em 1903 o pessimismo ia se superando, mas ainda havia muitos religiosos desiludidos, que ainda na saudade e seus costumes filipinos, não conseguiam reacionar e viviam vegetando nos conventos. A ordem ainda tinha fechados o colégio apostólico e o noviciado, e seus ministérios eram muito precários, estendidos por terras imensas, separados entre eles por milhares de quilômetros, sujeitos aos caprichos dos governos e à vontade, não sempre firme, dos bispos, sem nada próprio de que dispor em qualquer previsível emergência. Mas tudo ia se vencendo com a energia e perspicácia dos superiores, especialmente desde outubro de 1901, em que começou a reger a congregação o Pe. Mariano Bernad, a quem a sede apostólica concedeu faculdades muito grandes, e a colaboração dum grupo esforçado de religiosos que, conscientes da situação, não voltaram atrás diante das dificuldades e com grande magnanimidade se multiplicaram para tirar à ordem do buraco em que se

⁸ José Andrés GALLEGO, *La política religiosa en España: 1889-1913*, Madrid 1975, 143-240; Manuel SUÁREZ CORTINA, «Anticlericalismo. Religión y política en la Restauración», em E. LA PARRA LÓPEZ-M. SUÁREZ CORTINA (Eds), *El anticlericalismo español contemporáneo*, Madrid 1998, 127-210.

Em fevereiro de 1901 existiam na Espanha 3.055 casas religiosas (512 masculinas) com 45.728 religiosos (9.493 homens) e 5.235 noviços (1.589 homens). Atendiam gratuitamente a 167.992 alunos (36.0286 em escolas de religiosos) e 59.879 de pago (12.742 em escolas de religiosos) y 57.902 asilados (3.613 em casas de religiosos).

	Casas	Religiosos-as	Noviços - as	Enseño gratuito	De pago	Asilados
Religiosos	512	9.493	1.589	36.286	12.742	3.613
Religiosas	2.543	36.235	3.736	131.706	47.137	54.289
Total	3.055	45.728	5.235	167.992	59.879	57.902

As religiosas atendiam a 26.580 doentes e a 1.290 presos: Cristóbal ROBLES, «Frente a la supremacía del Estado. La Santa Sede en la crisis de la Restauración (1898-1912)»: *Anthologica Annu* 34 (1987) 281. Em agosto do ano seguinte as casas religiosas eram 535, das que 201 se dedicavam ao ensino; 200, ao ministério pastoral; 55 as missões; 50, à vida contemplativa; 23, à beneficência, e 6 a outros fins: *Ibid.*

encontrava. Nos princípios de 1904 um provincial tão ciumento da observância como o Pe. Victor Ruiz constatava depois duma visita às casas da Província (outubro 1903 – fevereiro 1904) uma melhoria clara na disciplina⁹. Nesse mesmo ano abriam-se o colégio apostólico aqui em San Millán, e o noviciado em Sos del Rey Católico; a princípios de 1906 a província da Candelária se instalava em Sos, e a de São Nicolau reafirmava seu compromisso com a Igreja filipina, voltando a enviar missionários às Ilhas. Em outubro do ano seguinte já se conseguiu erigir uma nova província, a de Nossa Senhora do Pilar, com as três casas da Andaluzia, as casas espanholas de Berlanga y Zaragoza, que ainda estavam na fase de negociação, e todos os ministérios de Panamá, Venezuela, Trinidad e Brasil¹⁰.

Convocatória e celebração do capítulo

Após a fundação da terceira província da ordem, já se pode pensar na celebração do capítulo geral. As dificuldades eram grandes, até de ordem jurídico. Nestes 79 anos o estado da ordem tinha experimentado mudanças muito grandes, e nem sempre seria fácil aplicar leis ditadas para uma comunidade de cinco províncias de orientação conventual, com espaço bem marcado e uma atividade perfeitamente definida a outra de só três províncias, uma delas recém nascida, dispersas por três continentes e uma grande atividade e as três com superiores nomeados fora das normas constitucionais. A província de São Nicolau celebrara seu último capítulo em 1897 e a da Candelária em 1860. Daí que imediatamente se percebeu a necessidade de nomear comissões que preparassem o elenco das questões que deveriam ser faladas e se pedisse um presidente que unisse vontades e tivesse autoridade para sanar, no mesmo momento, previsíveis defeitos de procedimento e preencher lacunas legais. Não se queria uma presidência só de honra, mas efetiva e atuante, com plena autoridade, e com as faculdades más amplas que fora possível, de modo que tenha plena autoridade para dispensar qualquer formalidade, resolver dúvidas, decidir questões, sanar defeitos e erros, presidir as sessões e confirmar as eleições. Tudo se

⁹ Circular de 21 de fevereiro de 1904: «Na santa visita, e também em várias outras ocasiões, observei com verdadeira complacência que, a pesar das pequenas deficiências inevitáveis a nossa natureza, reina em todas nossas casas a paz, a ordem e a tranqüilidade, e existe aquela observância dos preceitos ultimamente mandados e das principais práticas religiosas que é compatível nas anormais e extraordinárias circunstancias presentes»: *Crónica de la provincia de Santo Tomás Décadas de la provincia de Santo Tomás de Andalucía de Agustinos Recoletos en su Restauración. Década primera: 1899-1909*, Monachil (Granada) 1920, 20.

¹⁰ Sobre o agir do p. Bernad: José Javier LIZARRAGA, «Mariano Bernad, último comisario apostólico de la Recolectión, 1901-1908»: *Los agustinos Recoletos en Andalucía y su proyección en América*, Granada 2001, 427-45, reproduzido em BPSN 91 (2001) 75-145; o mesmo autor estudou exaustivamente a criação da província de Santo Tomé na sua tesis doutoral *El padre Enrique Pérez, último vicario y primer general de la orden de agustinos recoletos*, Roma 1989, 119-58. Mais incompletas são as reconstruções dos autores da *Crónica* da província de Santo Tomé: *Década primera*, 26-47, e Jenaro FERNÁNDEZ, «De erectione Provinciæ del Pilar et restauratione Provinciæ Sti. Tomæ a Villanova, documentis illustrata»: *Acta ordinis* 5 (1958-59) 308-30.

conseguiu com relativa facilidade e rapidez. O 2 de junho de 1908 o comissário apostólico, ao convocar os futuros capitulares já pode informa-lhes de que o capítulo seria em San Millán. Oito dias depois, o dez do mesmo mês, marcou a data de começo, que seria o 16 do próximo mês de julho, festa de Nossa Senhora do Carmo.

Dois dias antes da data marcada se apresentou em San Millán o presidente, Dom Antonio Vico, núncio em Madri, e pouco a pouco foram chegando também os outros delegados. Durante onze dias discutiram com muito animo os problemas da ordem, elegeram vigário geral com a totalidade dos votos ao Pe. Enrique Perez e elaboraram uma série de 28 determinações.

Após 79 anos a congregação voltara a se reunir em capítulo, com o que pos fim a uma época anômala da sua história. Nesse capítulo voltou a se governar por um vigário geral escolhido livremente por seus membros e dotado unicamente das faculdades constitucionais e ajudado por uma equipe de quatro conselheiros e tomou nota da mudança operada na sua espiritualidade, declarando solenemente que seu fim atual era “a vida apostólica em todas suas manifestações”¹¹.

Essas são as notas mais visíveis do capítulo. Mas junto a elas devemos lembrar outras que talvez não atraíssem tanto a atenção dos estudiosos. A primeira é o fortalecimento da sua identidade corporativa. Os capitulares se sentem imersos na tradição recoleta e se comprometem a restaurar as antigas províncias. Querem voltar a sua tradição missionária e dar vigor a sua conexão com Santo Agostinho, dando força aos estudos com especial atenção aos agostinianos, e saem da assembléia com a determinação de tramitar a plena autonomia da congregação enquanto puder fazê-la.

O capítulo dá o ponto final a um período de experimentação, a uma etapa de transbordante vitalidade, e inaugurava outra em que se imporia a reflexão e se daria curso livre a uma série de medidas que, em poucos anos, levariam à ordem a reconstituição de seu antigo regime de governo (1908), a sua autonomia administrativa (1912), à atualização de suas leis (1912), à volta aos capítulos provinciais (1911-13) e, sobre tudo, a uma reformulação mais realista de seu carisma e da sua função na Igreja e na sociedade com a recuperação de rasgos fundamentais de seu ser espiritual que no século XIX caíram no esquecimento. A ordem saiu dele com o firme propósito de intensificar seu caráter agostiniano, fomentando as devoções e associações próprias da ordem, de melhorar os estudos de seus religiosos, de voltar à tradição missionária e de reassumir, embora de modo diverso, a vida que o correr dos tempos, e sobre tudo, a malquerença dos governos da Espanha e Colômbia interrompeu bruscamente.

Breve apresentação de suas determinações

Após esta apresentação geral do capítulo me parece oportuno fazer uma primeira classificação de suas 28 atas. Mas é preciso falar antes dum desejo do

¹¹ Determinação 28: «Declara e determina o presente capítulo que o fim atual de nossa congregação é *a vida apostólica* em todas suas manifestações, os quais são: o ensino e, sobre tudo, as missões; e a dito fim tem de se dirigir seus esforços, empregando para isso todos os recursos de que possa dispor».

capítulo que não ficou em ata alguma, mas do que temos abundante documentação. Estou falando do propósito do capítulo de trabalhar por obter, já para sempre, a plena autonomia jurídica. Era uma ata com uma longa pré-história e uma história muito recente. A pré-história se remontava ao segundo decênio do século XVII, quando os recoletos trabalharam por conseguir a autonomia, mas defrontaram com a resistência da cúria romana que se negava a conceder o status de ordem totalmente autônoma a uma comunidade que seria governada desde Madri, com a conseguinte possível intromissão nos seus assuntos do rei da Espanha¹².

Sua história, embora anunciada nas últimas décadas do século XIX, começara um mês antes, com uma carta do procurador geral dos agostinianos, que os capitulares de San Millan julgaram inoportuna, ofensiva e inexata¹³. Nela o procurador agostiniano avisava à Congregação dos Bispos e Regulares contra a celebração do capítulo. Segundo ele, o capítulo tentava desconhecer os direitos do prior geral e fazer mudanças nas constituições contra a unidade da ordem. Dizia, além, que a maioria dos recoletos desejava a união com o corpo da ordem. A congregação remitiu imediatamente a carta ao procurador recoleto, padre Enrique Perez, que a recebeu quando fazia exercícios espirituais no convento trinitario de Algorta. Enrique contestou à congregação enviando uma resposta imediata, lamentando o ato do procurador agostiniano, negando suas afirmações e marcando os perigos que levaria seu propósito de suspender os capítulos gerais da congregação recoleta e fazê-la depender do geral, como se fosse uma província mais da ordem¹⁴. Mas, não satisfeito com essa resposta, o 20 de julho, já elegido vigário geral, apresentou a carta do procurador agostiniano aos membros do capítulo, que a consideraram ofensiva ao bom nome da congregação e merecedora de uma resposta oficial. Em carta ao cardeal Rampolla do 31 de agosto, Enrique escreveu que “sua leitura fez malíssima impressão e indignação profunda, por estimá-la contrária aos privilégios e direitos de nossa congregação, altamente ofensiva ao bom nome da mesma e totalmente inoportuna, porque com ela se querem ressuscitar questões antigas com gravíssimo dano da caridade e união fraterna»¹⁵.

O último dia do capítulo, todos os membros reafirmaram sua identidade recoleta e o desejo de conservá-la até o fim de seus dias numa carta dirigida ao Papa: «Sicut fuimus, et hoc perpetuo sumus. Nullo pacto, unio a fratribus maioribus optata et a nobis reiecta intentetur; ut Recollectio augustiniana de Ecclesia optime merita in perpetuum vivat: como fomos, assim somos para sempre. Em modo algum se deve

¹² Ángel MARTÍNEZ CUESTA, *Historia de los agustinos recoletos* 1, Madrid 1995, 248-49.

¹³ T. GIACHETTI, *Carta al secretario de la congregación de Obispos y Regulares*, Roma 26 de junio de 1908: AGOAR, caja 5, leg. 4, n. 5. Um resumo de seu conteúdo em LIZARRAGA, *Enrique Pérez*, 320-21.

¹⁴ Enrique PÉREZ, *Carta al secretario de la congregación de Obispos y Regulares*, Algorta, 7 julio 1908: AGOAR, caja, 5, leg. 4 n. 3 (copia), resumida por LIZARRAGA, *Enrique Pérez*, 85-86.

¹⁵ Pode verse em *Correspondencia del cardenal Rampolla con religiosos agustinos recoletos*, Madrid 2003, 209-11.

intentar a união desejada por nossos irmãos maiores e rejeitada por nós, para que a Recoleição agostiniana, tão benemérita da Igreja, viva para sempre»¹⁶.

O incidente poderia ter findado aí, mas, ao cair num ambiente já excitado com estes temas, desencadeou um processo que levou, quatro anos depois, à plena separação jurídica de ambos os corpos e à definitiva autonomia da Recoleição.

Depois do capítulo houve encontros e esclarecimentos entre os máximos responsáveis dos agostinianos e agostinianos recoletos, mas não puderam deter a vontade separatista destes, que viam os laços que ainda lhes ligavam à ordem como anacrônicos, travas e limites “como os andadores de crianças que se puseram nos começos da Descalcez e que são incompatíveis com o desenvolvimento que ésta tem alcançado”¹⁷.

A expressão clara, sem nenhuma dúvida nem resistência, da identidade da congregação, incluso em relação com os agostinianos, fruto de uma origem carismática e de uma história centenária própria, é, a meu ver, o principal legado do capítulo de San Millán. Além desse desejo de autonomia, a consciência da própria identidade levou-lhes a intentar a restauração das antigas províncias e a promover as causas de beatificação dos mártires do Japão (determinação 7). Também se falou no capítulo de reanudar as *Crônicas* da Congregação, e até se encarregou disso ao Pe. Pedro Corro. Mas essa nomeação ficou fora das atas e nomeações oficiais por não considerá-la de categoria geral.

Lizarraga no seu exemplar estudo sobre o generalato do padre Enrique agrupou as determinações restantes do capítulo em torno a quatro núcleos.

O primeiro foi a restauração do governo da congregação, que voltou a se ajustar ao modelo constitucional. Com esse fim se determinou que o próximo capítulo se celebrasse em 1914, que observará nele a lei da alternativa (determinação 12) e que todos os ofícios gerais serão por seis anos (deter. 9). Também se restabeleceram os capítulos das três províncias subsistentes (deter. 14), se marcou a sede dos seus respectivos provinciais em Manila, Bogotá e uma das nações americanas, embora, pelo anormal das circunstâncias as províncias de São Nicolau e O Pilar se lhes permitia residir em Espanha acidentalmente e até que o vigário geral não determinasse outra coisa (deter. 23). Também se mandou restaurar as outras duas províncias espanholas (deter. 27). Quase todas estas prescrições se cumpriram com relativa rapidez. Nos meados de 1914 a congregação já recuperara totalmente seu antigo regime de governo.

O segundo núcleo foi a revisão dos livros oficiais da congregação, ou seja, as constituições, o cerimonial e o ritual. Esta segunda tarefa foi bem mais complicada, embora a revisão das constituições já estava a caminho. O capítulo louvou o trabalho realizado (deter. 13), aprovou *in specie* a seção quinta, dedicada aos estudos, e expressou o desejo de que as secções restantes se concluíssem quanto antes. Mas

¹⁶ LIZARRAGA, *Enrique Pérez*, 322.

¹⁷ E. PÉREZ, *Carta a F. Sádaba*, Roma, 2 mayo 1911: AGOAR, caja 69, leg. 2.

seus desejos bateram com muitos escolhos, que retrasaram muito os trabalhos e, ao final, terminaram por fazê-los naufragar¹⁸.

A obra era duma transcendência única. Durante a segunda metade do século XVIII e todo o século XIX não houve mudanças constitucionais, a pesar de que neles a congregação experimentou grandes mudanças na sua estrutura e nas suas atividades. Faltou a tranqüilidade e liberdade para fazê-los. Só nos últimos lustros do século XIX alguns religiosos, preocupados pela dicotomia existente entre a vida legal e a vida real da congregação começaram a pedir sua reforma. Tinham já dois séculos de vida e estavam dirigidas a uma comunidade de tipo conventual, quando seus religiosos estavam totalmente voltados para o apostolado. Muitas das suas normas caíram no desuso e outras ignoravam, e até contradiziam, as normas da Cúria romana. Essa dicotomia teve efeitos perniciosos na ordem. O principal foi a desestima da lei. Uma lei que caminha por caminhos aleijados da vida, que não orienta o trabalho de cada dia nem responde às necessidades mais sentidas cai no descrédito e no esquecimento. Também favoreceu o subjetivismo dos superiores que às vezes levou-lhes a arbitrariedade e ao autoritarismo. Outras vezes, ao contrário, atenuava suas mãos, porque os freis se escudavam em que certas normas tinham sido revogadas pelo costume. No meio do desconcerto que seguiu à revolução filipina, em que tudo passou pela crítica, se viu com claridade a urgência de submetê-las a uma revisão substancial. Em 1900 o comissário apostólico e o procurador geral falaram do tema em cartas ao cardeal protetor e a alguns religiosos qualificados da Ordem¹⁹. Pouco a pouco a idéia foi ganhando terreno. Em 1903 o provincial de São Nicolau acreditava improrrogável a tarefa²⁰. O 20 de fevereiro de 1905 o comissário apostólico encomendava ao Pe. Enrique Perez sua revisão sistemática.

Enrique pôs mãos na obra. Mas a tarefa era grande e houve que suspende-la sem chegar a ultimar umas constituições com plena validade jurídica, já que o capítulo geral de 1920 não considerou oportuno dar-lhes a terceira e última aprovação, “por enquanto é preciso introduzir nelas variações e adições de acordo

¹⁸ Cf. Á. MARTÍNEZ CUESTA, «Constituciones e identidad carismática»: *Recollectio* 27-28 (2004-05) 18-19.

¹⁹ I. NARRO, *Carta a M. Rampolla*, 26 abril 1900; E. PÉREZ, *Carta a M. Bernad*, 8 junio 1900: RAMPOLLA, *Correspondencia*, 129, 150.

²⁰ O 4 setembro 1903 elevou ao comissário apostólico uma comprida exposição sobre as necessidades mais urgentes da congregação, *Libro de resoluciones, determinaciones y acuerdos del definitorio provincial 1902-1923*, 7r-12v. No primeiro ponto insistia na necessidade de contar com constituições mais claras, «pois as dúvidas sobre o vigor de muitas [normas] das atuais, a inobservância de não poucas delas, em especial das partes 1ª e 3ª e de toda a 5ª, que, por ser penal, encerra suma transcendência para a observância e vida regular, a pouca claridade das atribuições de cada entidade governamental e a certeza de que nosso código não está acomodado às necessidades da época atual, são causas que fazem vacilar aos superiores, lhes amarram as mãos e lhes impedem exigir seu cumprimento ante o temor de maiores males, como a rebelião formal» (f. 8r): AM, livro 24.

com o mandado no cânon 489»²¹. No seu caminho se cruzaram demasiados pareceres e, sobre tudo, o direito canônico de 1917, com novas exigências. Com tudo, tiveram vigência prática durante 16 anos, desde 1912 até 1928, já que o capítulo intermédio de 1911, com autoridade recebida do capítulo geral de 1908, deu-lhes a primeira aprovação, mandou imprimi-las e as declarou obrigatórias, “até o próximo capítulo geral”.

No começo de 1912 saíram à luz pública e foram postas nas mãos de todos os religiosos. Era um texto jurídico claro, que estava totalmente de acordo com as meticulosas normas da Santa Sé. Suas novidades eram relevantes, mas não com a profundidade que poderia sugerir uma leitura superficial. As mais significativas falavam, como era de supor, do apostolado e do governo, os dois aspectos em que a congregação experimentara mudanças mais notáveis. Também diferiam na distribuição da matéria e na linguagem. Na orientação espiritual se observam menos divergências, e é que o Pe. Enrique foi fiel a seu propósito de preservar, sempre que fosse possível, o espírito e também o sabor e as palavras das edições antigas. “Procurei” escrevia em fevereiro de 1908 ao Pe. Mayandía, “amoldar as constituições aos ideais primeiros de nossa Descalcez e ao jeito de ser que tomamos, para que nem aqueles sejam um obstáculo a esta, nem esta nos faça esquecer aqueles»²².

A composição do cerimonial e do ritual (deter. 26) se deixou para melhor momento. No caso do ritual não se julgou oportuno revisa-lo antes que a comissão pontifícia publicasse a edição típica do gradual e do antiphonarium gregorianos. Esta circunstancia explica que o ritual não se editasse até o ano 1927²³.

O terceiro núcleo fazia referência à formação acadêmica dos religiosos, que no futuro deveria ser mais sólida e completa. Para este fim se concederam alguns privilégios aos leitores, ao regente de estudos e aos diretores de revistas (deter. 17), e mandou dar-se mais atenção às bibliotecas, especialmente à seção agostiniana, que não deveria faltar em nenhuma casa (deter. 21).

O quarto procurava reafirmar o caráter apostólico da Ordem. De acordo com essas idéias deu-se mais relevância aos missionários, dando-lhes voto no capítulo

²¹ «As regras e Constituições de cada religião que não sejam contrárias aos cânones do presente código conservam seu vigor; mas as opostas aos mesmos ficam revogadas».

²² LIZARRAGA, *Enrique Pérez*, 399-429.

²³ Capítulo geral de 1914, ata XXV: «Informado também o capítulo dos trabalhos feitos pelas diferentes comissões nomeadas para a revisão e reforma, tanto do Cerimonial como do Ritual da Ordem, e tendo em consideração as causas pelas quais não foi possível a publicação de ditos trabalhos, *dispõe* que, tão cedo como a Sagrada Congregação de Ritos tenha terminado as reformas anunciadas na liturgia e no canto da Igreja, se leve a término a revisão e reforma dos dois livros ditos e a impressão dos mesmos, guardando como é devido o mandado pela Sagrada Congregação com respeito à impressão de livros litúrgicos». Sobre a marcha da reforma do canto litúrgico na Igreja: H. JEDIN, *Manual de Historia de la Iglesia*. 8. *La Iglesia entre la adaptación y la resistencia*, Barcelona 1978, 569-76.

(deter. 16), se decidiu que o voto de obediência obrigava aos religiosos a ir a todo tipo de missões, “estabelecidas ou por estabelecer” (deter. 24). E, sobre tudo, se determinou que “o fim atual de nossa congregação é a *vida apostólica* em todas suas manifestações, quais são o ensino, e sobre tudo, as missões; e para dito fim dirigiram seus esforços, usando para isso todos os recursos de que possa dispor”.

Com esta decisão o capítulo aprovava como boa a evolução carismática do século XIX. Assim, sem trauma algum e possivelmente também sem suficiente reflexão, se marcou para toda a ordem um fim que, se nunca tinha sido alheio a seu espírito até então, só na província das Filipinas alcançara lugar preeminente. Desse modo a mesma província que assegurara a pervivência física de Recoleição, impunha a esta a linha que deveria seguir no futuro.

Angel Martinez Cuesta